



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS  
PROJETO SEGUNDO TEMPO**

**VICTOR ANDRADE DE MELO**

**(depoimento)**

**2010**

**CEME-ESEF-UFRGS**

## FICHA TÉCNICA

**Projeto:** Garimpando Memórias – Segundo Tempo

**Número da entrevista:** E-181

**Entrevistado:** Victor Andrade de Melo

**Nascimento:** Não informado.

**Local da entrevista:** Residência do Entrevistado - Rio de Janeiro/RJ

**Entrevistadora:** Silvana Vilodre Goellner

**Data da entrevista:** 01/11/2010

**Transcrição:** Marco Antonio Ávila de Carvalho

**Conferência Fidelidade:** Marco Antonio Ávila de Carvalho

**Copidesque:** Marco Antonio Ávila de Carvalho

**Pesquisa:** Marco Antonio Ávila de Carvalho

**Fitas:** Gravador digital

**Total de gravação:** 20 minutos e 43 segundos

**Páginas Digitadas:** 10

**Observações:**

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que textual e que a fonte seja mencionada conforme especificação abaixo.

MELO, Victor Andrade de. *Victor Melo (depoimento, 2010)*. Porto Alegre: CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE – ESEF/UFRGS, 2010.

## **Sumário**

Envolvimento com o Programa Segundo Tempo; inclusão da discussão sobre lazer no PST; atuação da Equipe Colaboradora do Rio de Janeiro; avaliação de políticas públicas de esporte; financiamentos e editais de fomento à pesquisa em políticas públicas; Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Rio de Janeiro, 1º de novembro de 2010. Entrevista com Victor Melo a cargo da entrevistadora Silvana Goellner para o projeto Garimpando Memórias – Memórias do Segundo Tempo do Centro de Memória do Esporte.

S.G. – Boa noite Victor. Obrigada pela entrevista. Gostaria que tu falasses um pouco da tua atuação no Programa Segundo Tempo.

V.M. – Eu fui coordenador de uma equipe de avaliação de assessoria pedagógica – acho que era esse o nome na época -. Na verdade, era a primeira equipe que teve aqui no Rio de Janeiro. Acredito que foi logo quando começou esse projeto...

S.G. – Acho que foi em 2004 por aí, 2005...

V.M. – Acho que foi menos... 2008. Não havia uma equipe...

S.G. – Ok. Agora entendi. É por aí, porque depois de 2006 houve uma modificação no Programa. Então, deve ter sido por 2008 mesmo.

V.M. – Estava começando esse negócio das equipes... Nós entramos no primeiro momento em que tinha essas equipes: equipe de assessoria pedagógica, de avaliação. Eu acho que outros estados já possuíam. O Rio de Janeiro não tinha. Na época foi o Amauri<sup>1</sup> que me convidou para montar uma equipe aqui no Rio Janeiro para avaliarmos os projetos e também fazer a assessoria pedagógica de quem necessitasse.

S.G. – Não eram ainda as equipes colaboradoras ou já era nesse processo?

V.M. – Eram as equipes colaboradoras. Éramos da equipe colaboradora treze.

S.G. – E já foi nesse momento que entrou a discussão sobre lazer?

V.M. – A discussão sobre lazer entrou por causa da nossa equipe colaboradora. Eu me lembro bem disso. Na época, eu tive um papo com o Amauri no encontro em Fortaleza. Ele

havia dado o primeiro manual do Programa – aquele do primeiro projeto-. Eu falei para ele: “Já lemos lá e, pelo o que eu estou entendendo, não é para nós fazermos críticas. É para passarmos isso”. Ele disse: “Não. É para fazer crítica”. Então, nós tivemos uma série de seis reuniões no Rio de Janeiro para avaliar aquele material. Nesse momento não estávamos ainda indo para campo, porque não havia ainda implementado aquele sistema – acho que é o pessoal da UEM<sup>2</sup> que desenvolve -. Então, dedicávamos o tempo para discutir o material. E umas das coisas que levamos para o debate, é que achávamos muito estranho um projeto que, inequivocadamente era um projeto de lazer, não ter um conteúdo de lazer. Houve resistências no âmbito da equipe de coordenação. Não foi uma resistência por parte do Amauri. Pelo contrário. O Amauri sempre esteve muito aberto. Houve uma resistência notadamente pelo pessoal da UFMG<sup>3</sup> numa reunião que eu não pude ir. Mas, de qualquer maneira, me parece que o conteúdo... Porque logo depois disso...

S.G. – Saiu aquele segundo livro<sup>4</sup> que tem o texto sobre lazer.

V.M. – Sim. É um texto meu, da Mônica<sup>5</sup> e da Ângela<sup>6</sup>. Na minha avaliação, foi uma conquista ter uma discussão sobre o lazer, mas foi uma conquista parcial, porque, no nosso modo de entender, essa é uma discussão básica para tudo. O Programa Segundo Tempo sempre será um Programa de lazer na medida em que ele é um Programa de contra-turno escolar. Só que aí acabou ficando como conteúdo, mas, pelo que eu entendi no momento, não ficou como princípio básico.

S.G. – Ele é como a questão de gênero. Muito semelhante a discussão que acabamos fazendo e que entrou no segundo livro também. Foi o próprio convite do Amauri. Um das questões que eu apontei naquele primeiro livro<sup>7</sup> e no que o trabalho estava fazendo é que havia uma diferença no número de participação entre meninos e meninas, enfim. Já

---

<sup>1</sup> Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira. Coordenador pedagógico do Programa Segundo Tempo.

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Maringá.

<sup>3</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>4</sup> Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. Organizado por Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira e Gianna Lepre Perim. Publicado pela Editora da UEM em 2010.

<sup>5</sup> Mônica Monteiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>6</sup> Ângela Bretas. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>7</sup> Material Didático para o Processo de Capacitação do Programa Segundo Tempo. Impresso pela Gráfica da UFRGS em 2008.

havia uma discussão, mas acabei sendo chamada, saindo um texto no segundo livro que agora, por exemplo, para todas as formações, a discussão de lazer e gênero aparecem.

V.M. – Eu acho que também não temos a pretensão de... Na verdade, trata-se de um debate acadêmico e que possui diversas linhas e perspectivas. É óbvio que num debate acadêmico você não tem que ter todos os seus pontos de vista contemplados. Então, é bacana que tenha uma discussão de lazer contemplada. Agora, no nosso (equipe colaboradora) modo de entender naquele momento no Rio de Janeiro, essa tinha que ser a discussão central para todo mundo, porque não há outra perspectiva possível de encaminhar esse Programa que não seja pela perspectiva de um programa de lazer. Agora, eu acho que a coordenação do Programa, notadamente o Amauri, foi muito sensível a discussão e, se essa discussão não avançou mais, foi porque o coletivo, nesse momento, não avaliou. É natural de qualquer debate teórico...

S.G. – Quando tu estavas coordenando a equipe de avaliação, no qual vocês olhavam os núcleos aqui, quais as possibilidades e limites que tu vias na implantação do Programa? Os convênios?

V.M. – Não tem como não misturar as duas experiências que eu tive: Segundo Tempo e PELC<sup>8</sup>. Para mim tem o mesmo problema: fazer aquilo que discutimos lá em cima, mesmo que tenhamos discordâncias, chegar na ponta. Numa reunião do PELC<sup>9</sup> em agosto quando passou a coordenação para a UFMG, eu falava isso: “Eu quero deixar claro que eu não acredito que essa forma de capacitação capacite nada. Por um motivo básico operacional: não é possível esperar que, pessoas que não tem o hábito de ficar sentado o dia inteiro discutindo alguma coisa, fiquem três dias integralmente discutindo alguma coisa e dali saia algo”. É óbvio que há uma série de argumentos operacionais, mas acho que há certo acomodamento de quem é responsável pela capacitação de não procurar alternativas para isso. Então, na melhor das hipóteses, esse modelo de capacitação dá uma sensibilizada em alguns, dependendo do estado. O Rio de Janeiro, por exemplo, que tem uma tradição mais anárquica fica muito pouco para o agente. Achar que depois aquele coordenador, que já

---

<sup>8</sup> Programa Esporte e Lazer na Cidade. Tem como objetivos democratizar o acesso às práticas esportivas e de lazer e universalizar o direito social ao esporte e ao lazer.

<sup>9</sup> Programa Esporte e Lazer da Cidade, vinculado a Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte.

não teve saco para ficar ali o dia inteiro, vai levar para o seu agente que está lá no campo. Então, eu acho que nós acabamos tendo certo otimismo pedagógico e não lidando com os impedimentos efetivos. Quer dizer, se na graduação nós já estamos repensando se esse é o modelo, com gente que se disponha a ir para Universidade, que dirá num modelo desses em que a maior parte das pessoas está ali para ganhar um dinheiro. Até porque esse dinheiro não é tanto assim para justificar que isso seja uma carreira. Inclusive, no que se refere – não sei se mudou – os agentes... Para mim tem uma incoerência básica nesses projetos (PELC e Segundo Tempo): dizer que nós temos que trabalhar para a construção da cidadania do jovem que está sob nossa responsabilidade e não conceder ao agente as condições de cidadania básica. Por exemplo, carteira assinada, 13º, direito a férias com 33%, etc. Então, para mim, isso é uma enorme incoerência. Quer dizer, estamos dizendo para o agente para ele dizer ao jovem que é um projeto de cidadania e trata o agente como um subempregado, operando num modelo que é absolutamente questionável que é o modelo de cooperativas que se quer é minimizado. Quem opera política pública sempre tem aquela justificativa: “Mas é assim que dá, assim que pode...”. Eu acho que é melhor ter menos núcleos e dar melhor condição de empregabilidade, porque, inclusive, nós podemos cobrar mais dos agentes, ter mecanismos de avaliação mais seguros...

S.G. – Ter uma capacitação mais adequada...

V.M. – Exatamente...

S.G. – Envolvimento mesmo com a proposta político-pedagógica.

V.M. – Exatamente...

S.G. – Uma questão é o que se pensa lá em cima e o que efetivamente acontece na ponta. Daí são vários os processos até chegar.

V.M. – Exatamente. O que me parece é o seguinte: uma vez ouvi numa reunião que fui: “Atingimos dois milhões de pessoas”. Atingir dois milhões de pessoas com capacidade duvidosa. Para mim sempre foi claro que o PELC e o Segundo Tempo já são políticas públicas, o que é um avanço para quando não tínhamos políticas públicas nenhuma. É um

avanço existir equipe colaboradora, preocupação com capacitação. Não existia, por exemplo, no Governo Federal anterior. Agora, eu acho que nos próximos quatro anos, já que teremos a continuidade do Governo, se quisermos avançar, teremos que discutir efetivamente a questão do alcance da qualidade e da efetividade. Quer dizer, das três coisas: eficiência, efetividade e tem mais uma que não me recordo agora.

S.G. – Outro problema que, por exemplo, várias pessoas que eu entrevistei apontaram, é a questão dos convênios, que eles têm início, meio e fim. E talvez não renove no próximo ano, no próximo período. Então, aquele trabalho que é todo desenvolvido daqui a pouco se acaba. As prefeituras não renovam, enfim. Então, há certa descontinuidade às vezes no trabalho também. Isso apareceu na avaliação de vocês?

V.M. – Apareceu direto.

S.G. – Núcleos que fecharam e nunca mais voltaram?

V.M. – Direto. Inclusive, não me lembro o nome e nem vem ao caso dizer, mas um convênio que era bom, mas, por uma série de dificuldades, não conseguiu renovar. E um convênio que era horrível renovou. Eu suspeito que isso tem a ver com ingerência política. Quer dizer, ementa de deputado...

S.G. – Sim, porque têm várias que coisas que estão envolvidas na organização dos convênios. Eu não sei o termo que eles usam, mas na efetivação de um convênio.

V.M. – Exatamente.

S.G. – Não é só a identificação com a proposta, por exemplo. Depende de alguns interesses...

V.M. – É deputado que joga ementa, interesses da própria direção do Ministério do Esporte que é partidária e também vai fazer política partidária. Enfim. O que eu sempre procuro dizer é que eu não sou mais real do rei para dizer que isso não existe. Só acho que o meu papel enquanto professor universitário é funcionar um pouco como reserva ética desse



negócio. Quer dizer, eu tenho críticas a esse tipo de processo. Acho que, se nós não filtrarmos isso definitivamente, iremos sempre dizer que chega a dois milhões e não chega a dois milhões. Se quer, sabemos a quantas pessoas chega. De qualquer maneira, é bacana que tenha o Programa. Agora, eu acho que ele possui limites enormes que deveriam ser repensados ainda mais que nós temos uma perspectiva de continuidade e com ações simples. Por exemplo, ao invés de ter ciclo de renovação a cada ano, você poderia fazer pelo menos em dois anos esse ciclo de renovação. Quer dizer, a cada quatro anos de Governo Federal, você teria dois ciclos de renovação. E aí, se você fizer direito, poderá fazer inclusive um ciclo de renovação no fim do Governo Federal para garantir as verbas para o próximo Governo independente do Governo que chegue. Eu acho que nós avançamos numa política de Governo, mas não conseguimos avançar nem no PELC, nem na Rede CEDES<sup>10</sup> e nem no Segundo Tempo, numa política de Estado. Porque não rompemos com o varejo da política brasileira que, no fundo, são releituras do velho Coronelismo.

S.G. – Tanto é que chegamos em uma nova eleição e não sabemos o que vai acontecer.

V.M. – Exatamente.

S.G. – Não sabemos se terá continuidade mesmo que ainda seja o mesmo Governo. Quer dizer, tem uma perspectiva do Governo, mas não sabemos se os projetos irão continuar. Se o financiamento para o ano que vem irá existir. Esse ano nós não tivemos o edital para a Rede CEDES que iria ter. Quer dizer, há uma série de coisas que estão envolvidas nisso tudo.

V.M. – Sim. Você estava falando da Rede CEDES. Por exemplo, eu acho a ideia da Rede CEDES excelente. Agora, eu acho a operacionalização péssima. Vou dar um exemplo agora: o CNPq<sup>11</sup> acabou de lançar um projeto para estudo de usuários e avaliação de políticas públicas para crack. Não sei se você viu isso. Quer dizer, esse dinheiro é do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde identifica: “Há um problema: crack”. Agora, o

---

<sup>10</sup> Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer. Financiado pelo Ministério do Esporte.

<sup>11</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Ministério da Saúde não opera o edital. Ele passa para o CNPq<sup>12</sup> que opera o edital de pesquisa.

S.G. – A Secretaria de Mulheres fez a mesma coisa.

V.M. – A Secretaria de Mulheres e a Secretaria de [nome inaudível] fizeram a mesma coisa, enfim. O que eu quero dizer é o seguinte: a Rede CEDES não vai me convencer que tem interesse em distribuir dinheiro no varejo se não passar isso para uma agência de fomento que efetivamente possa julgar. E aí eu vou tender a acreditar que isso é dinheirinho para pessoas que não conseguem agência de fomento, para alimentar a companheirada que está interessada em fazer um movimento de política pública. Então, eu acho que uma política de Estado é você fortalecer os órgãos Federais que tenham efetiva capacidade de trabalhar no objeto fim do projeto. O Ministério do Esporte não sabe nem julgar na seleção, nem no acompanhamento e nem na avaliação dos projetos de pesquisa. Ele não pode lançar Rede CEDES. Teria que passar pelo CNPq. O problema que, desconfio eu, é que muitos amigos ficariam de fora dessa história. A ideia é boa, mas precisamos operacionalizar essa ideia de uma forma que efetivamente traga ganhos para a máquina pública. Voltando para o caso do PELC e do Segundo Tempo: a ideia é excelente. Agora, se abandonarmos essa demagogia de alcançar milhões de pessoas e tentar alcançar milhares de pessoas com qualidade, talvez possamos gerar uma tecnologia social. Porque eu acho que nenhum dos dois projetos gerou uma tecnologia social em função desses limites.

S.G. – Quando que tu saíste do PST?

V.M. – Eu acho que eu saí um ano e meio depois. 2009.

S.G. – E a equipe aqui no Rio ficou com a Ângela?

V.M. – Ficou com a Ângela e com a Mônica.

S.G. – Que já fazia parte da equipe, coordenando também...

---

<sup>12</sup> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

V.M. – Sim. Importante dizer o seguinte: eu não saí do projeto por essas discordâncias, porque, quando eu entrei, já sabia disso e, mesmo assim, achei que era interessante. Porque, como nada é ideal em política ou na vida, nós temos a possibilidade de operar pó dentro das contradições. Uma das contradições que nós operamos, por exemplo, no caso da equipe que eu estava coordenando, era a introdução da temática “lazer” dentro do projeto. Eu saí porque eu achava que era uma enorme perda de tempo um conjunto de reuniões que não se decidia nada. Então, toda hora tinha que ficar indo para Brasília, São Paulo, Fortaleza, para ficar ouvindo o mesmo “blá-blá-blá” de sempre e sem o menor fundamento. Embora o projeto fosse interessante e financeiramente interessante para mim, eu achava que era perda de tempo ficar naquele “blá-blá-blá” e que isso era um pouco a própria falta de ter clareza de como iremos levar o projeto.

S.G. – Em como desenvolver... Tu chegaste a participar de alguma capacitação? Capacitação de monitores, coordenadores de núcleo.

V.M. – Participei como observador, porque, na época, as equipes colaboradoras não foram formadas para capacitar. Existiam capacitadores nacionais que iam em tudo que é lugar.

S.G. – Era outra equipe. Que foi o Pablo Greco<sup>13</sup>, o Pereira<sup>14</sup>. Aquele primeiro grupo de capacitadores que eu acho que teve. O Adroaldo Gaya<sup>15</sup>...

V.M. – Exatamente. Acho que a Lisiane<sup>16</sup>. Então, fui em como observador. Mas nós não tínhamos a responsabilidade de capacitar. Isso foi outra coisa que pareceu complicada: você formou uma equipe colaboradora com um fim e depois você... É bem a estrutura do Governo Federal. Ele não repactua nada. Ele só diz assim: “Tem que ser assim e pronto. Quem quiser, fica e, quem não quiser, sai”. Então, eu saí. Eu disse: “Não é isso que nós nos propomos no início”. Inclusive, porque é curioso. O Governo Federal não renegocia as bases financeiras. Ele fala assim: “Te contrato por tanto para você fazer isso”. De repente

---

<sup>13</sup> Pablo Juan Greco. Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>14</sup> José Pereira de Melo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

<sup>15</sup> Adroaldo Cesar Araújo Gaya. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>16</sup> Lisiane Torres e Cardoso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ele começa a falar assim: “Agora, tem que fazer isso, mais isso e mais isso... Mas o seu tanto continua o mesmo”. Me parece um contra-censo com o próprio discurso do projeto...

S.G. – Da cidadania que estávamos falando antes.

V.M. – Sim. Quer dizer, “cidadania, democracia e não sei o que. Mas nós dizemos o que tem que ser e, quem não quiser, que saia”.

S.G. – Nós temos, lá no Centro de Memória<sup>17</sup>, por isso que eu estou te entrevistando, um projeto que partiu do Ricardo Petersen<sup>18</sup>, que achou que era interessante, da Memória do Programa Segundo Tempo. Então, pensamos que essas entrevistas, futuramente, podem ser fontes para pesquisas sobre o projeto. Estamos entrevistando gestores, participantes, ex-participantes, pessoas que fizeram parte do Segundo Tempo, pessoas que olham o Segundo Tempo de fora, exatamente para criar um banco de fontes e dados, porque acho que futuramente ele merece, até pela dimensão que o projeto possui hoje. Tem a negociação com a Inglaterra pelo modelo dos TOP's<sup>19</sup>, tem a África que está interessada, tem os países da América Latina. Não sabemos como isso irá se desenvolver, mas enfim. Trazer e preservar essa memória para que também sirva de fontes para futuros estudos. Como que tu vê isso? Tu também és coordenador de um Centro de Memória<sup>20</sup>.

V.M. – Eu acho isso fundamental. É importantíssimo e tem que ser estimulado. E espero que os coordenadores do futuro tenham a sensibilidade não somente de manter esse projeto, de aprofundar essa perspectiva, como também de consultar os bancos...

S.G. - Os dados que estão sendo produzidos.

---

<sup>17</sup> Centro de Memória do Esporte. Escola de Educação Física da UFRGS. Coordenado pela professora Silvana Vilodre Goellner.

<sup>18</sup> Ricardo Demétrio de Souza Petersen. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

<sup>19</sup> O Programa TOP Play e TOP Sport, “construindo um futuro melhor para jovens por meio do esporte” é uma proposta do Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, o qual propõe atividades motoras para crianças dos 04 aos 07 anos (TOP Play) e para crianças dos 08 aos 12 anos (TOP Sport). Esta parceria se constitui em um estudo piloto para explorar as possibilidades de aproximação do Programa TOPs (Jogos e Esportes) ao Programa Segundo Tempo, bem como à realidade nacional.

V.M. – Exato. Quer dizer, estamos nas vésperas de começar um novo Governo que nunca é o mesmo Governo. Embora seja um Governo de continuidade, nunca é o mesmo Governo. Não sabemos o que vai acontecer com o Ministério do Esporte nem com nenhum Ministério, mas vamos esperar que pelo menos num Governo com a mesma tendência não repita o problema da política brasileira de achar que vamos reinventar a roda. Recomeçar do zero. Então, com um banco desses, nós temos uma enorme preciosidade para não começar do zero. Pelo menos ouvir as pessoas que participaram, enfim. No mínimo, para ter em conta que: pode ser que a minha posição não seja perfeita e, certamente, não é, assim como nenhuma posição é perfeita. Mas ela é uma posição e deveria ser ouvida como a de muitos outros colegas que dedicaram seu tempo ao Programa.

S.G. – Teria mais alguma coisa a dizer?

V.M. – Não.

S.G. - Queria te agradecer, em nome do Centro de Memória, e dizer que teu documento vai ficar registrado lá, a tua opinião sobre o Programa.

V.M. – Obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]

---

<sup>20</sup> Centro de Memória Inezil Penna Marinho. Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ. Coordenado pelo professor Victor Andrade de Melo.

